

Governadores apóiam 5 anos mas querem reforma já

José Roberto Serra

Ao apoiarem a "preservação do princípio e forma de governo dos atuais mandatos do presidente, governadores, parlamentares federais, estaduais, prefeitos e vereadores" e, com isto, respaldarem o presidente José Sarney no desejo de governar por 5 anos no regime presidencialista, os 22 governadores do PMDB, reunidos no Palácio Laranjeiras, decidiram também propor a reforma tributária imediata, através de uma emenda à atual Constituição, garantindo-lhes o aumento da receita já no próximo ano.

A decisão de apoiar a pretensão do presidente Sarney de permanecer na presidência por cinco anos com seus atuais poderes não foi unânime. O governador Fernando Collor de Melo, pró-4 anos, preferiu continuar apoiando a posição da Convenção do partido, que transferiu a discussão do tempo do mandato presidencial para a Constituição. Todos os demais entenderam, porém, que "a atualidade política e os compromissos da redemocratização" exigem a decisão a favor de 5 anos, conforme consta da "Declaração do Rio de Janeiro" documento divulgado após o encontro. Collor de Melo apresentou uma declaração em separado, justificando sua posição.

A unanimidade foi encontrada na questão da reforma tributária. Os governadores decidiram não mais esperar a promulgação da nova Constituição, o que acreditam que só ocorrerá em 1988. Através de uma emenda à atual Constituição, a ser redigida terça-feira em Brasília por todos os secretários de Fazenda dos estados, eles pretendem mobilizar suas bandeiras para modificar o Sistema Tributário ainda este ano. Desta forma, garantem a implantação das mudanças a partir de janeiro, o que significa maior transferência de recursos da União para Estados e Municípios.

Eles contam obter o apoio também do presidente Sarney, embora diversos ministros e autoridades econômicas federais manifestem-se contra essas modificações. Certamente, o apoio ao mandato de 5 anos irá ajudá-los.

Confronto — O presidente em exercício, Ulysses Guimarães, disse no final da reunião que o fato de o documento dos governadores apoiar explicitamente o mandato de cinco anos e o sistema presidencialista para o governo José Sarney não cria nenhum confronto com a Executiva do PMDB e a convenção do partido que, em julho último, decidiu remeter essas duas questões à Constituição.

"O mesmo documento deixa claro que todos reconhecem a soberania da Constituinte, o que afasta a possibilidade de atrito" justificou. Ulysses afirmou ainda que sua expectativa é que daqui para frente "haja um crescente entrosamento entre o PMDB e o presidente Sarney".

Os governadores que, como Moreira Franco e Waldyr Pires, defendiam a não inclusão de qualquer referência ao mandato e ao sistema de governo na nota, reconheceram depois da reunião que foram vencidos pela maioria. Moreira Franco, que falou na entrevista coletiva em nome de todos, disse que a referência a essas duas questões foi decidida "em função da manifestação do presidente Sarney e da colocação insistente de muitos governadores".

Moreira considerou absolutamente normal que o encontro mudasse uma posição (a da não inclusão) que até sexta-feira de manhã parecia de consenso. "Reunião é como namoro, a gente sabe como começa, mas não sabe como vai acabar."



Antes do almoço, os governadores ratificaram o que haviam decidido na véspera: todo o apoio a Sarney

Uma nota para agradar o Planalto

É a seguinte a "Declaração do Rio de Janeiro" como os governadores do PMDB denominaram a nota que assinaram:

"Os Governadores dos 22 Estados da Federação reúnem-se com o propósito de juntar esforços no sentido de responder às preocupações que surgem nas diferentes regiões do País. Em primeiro lugar, congregam-se em torno da luta do povo brasileiro pela consolidação da democracia, através da penosa, dura e difícil transição que deve ser consolidada com a votação da nova Constituição. Ela deve traduzir o consenso da Nação, assegurando a todos, inclusive às minorias, a liberdade de lutar pelos seus direitos, mediante a votação de leis ordinárias discutidas e votadas pelos representantes do povo.

Reafirmam a determinação de dar cumprimento ao programa do PMDB, que vem de ser reiterado na reunião da Comissão Executiva Nacional e expressam, depois de tomar conhecimento do documento "Democracia e Desenvolvimento" que seu intuito aponta nessa mesma direção, pelo esforço e espírito patriótico do Presidente José Sarney, em consonância com as medidas de democratização tomadas por seu Governo, com apoio do PMDB.

Ao reconhecer o gesto do Presidente José Sarney de governar por 5 anos, expressam com

a plena consciência da soberania da Assembléia Nacional Constituinte, a certeza de que a atualidade política e os compromissos da redemocratização, requerem a preservação do princípio de duração e forma de governo dos atuais mandatos do Presidente, dos Governadores, parlamentares federais, estaduais, prefeitos e vereadores.

Os grandes objetivos do PMDB foram consagrados pelo povo, nas eleições de 1986, e a ele pertencem, como patrimônio intocável que não pode ser manipulado por grupos ou pessoas, sobretudo quando isso vem ajudar à campanha dos que combatem, aberta ou veladamente, a construção de uma grande e estável democracia social no Brasil.

O avanço democrático, a consolidação econômica, política e social do País, exigem que sejam ultrapassadas as questões, os interesses clientelistas, honrando-se os compromissos que todos assumimos nas praças públicas pela voz do saudoso Presidente Tancredino Neves. O povo afirmou e reafirmou, em 84 e 86, nas urnas, a sua determinação e sua confiança na consolidação do processo democrático.

Isso exige a integração do país, o estabelecimento de uma autêntica República Federati-

va, que não se dá pela imposição do poder central, mas pelo reconhecimento da identidade e das reivindicações de todos os segmentos sociais e de todas as áreas do país.

O esforço de integração nacional é a primeira arma contra a crise econômica que hoje nos aflige. Ela permitirá que afastemos as falsas questões e enxerguemos as causas principais das nossas dificuldades. Se há desperdícios de recursos públicos, como resultado de um longo processo de distorção, não é aceitável que os gastos sejam cortados indiscriminadamente, sem atenção à necessidade de investimentos indispensáveis ao crescimento e até à sobrevivência das diferentes áreas do país.

É fundamental viabilizar o funcionamento eficiente dos serviços à população, corrigindo-se a distribuição da receita e adotando-se as medidas de austeridade no trato da coisa pública. Mas, ao lado das providências administrativas imediatas e para que elas resultem eficientes e duradouras, devem ser atacadas as causas mais profundas da crise. Para debelá-la, é necessário ter presente a história recente das lutas democráticas, a evolução e as mudanças que sofreram nossas forças, para reagrupá-las e consolidá-las, sem preconceitos, nem discriminação."

Analfabeto não pode concorrer a cargo eletivo

BRASÍLIA — Os analfabetos, embora possam votar, não terão o direito de candidatar-se a cargo eletivo nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e os recrutados estão proibidos de votar enquanto durar seu alistamento militar. Um dia após ter decidido estender o direito de voto aos jovens de 16 anos, essas foram as principais decisões da Comissão de Sistematização da Constituinte, que se reuniu ontem, uma manhã de sol em Brasília, com menos da metade de seus 93 titulares — entre titulares e suplentes, havia 71 parlamentares.

A emenda do deputado Paulo Delgado (PT-MG), estendendo a elegibilidade aos analfabetos, foi defendida pelo deputado Antônio Mariz (PMDB-PB), que criticou o "preconceito de se confundir analfabetismo com ignorância" — Há muitas formas de adquirir conhecimento, e em minha vida já vi lideranças sindicais e até vereadores e prefeitos analfabetos, pois para ser considerado alfabetizado, por lei, basta se assinar o nome — argumentou. A emenda perdeu, porém, por 48 votos a 14.

Idades — Após quatro horas de meia de votação, a comissão votou quatro parágrafos do capítulo sobre direitos políticos do projeto do relator Bernardo Cabral. Pelo projeto, não poderão alistar-se eleitoralmente os estrangeiros e os recrutados no período de alistamento militar obrigatório, e são inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos. Foram definidos os limites mínimos de idade para os candidatos a presidente e senador da República (35 anos), prefeito (25 anos) e deputado federal ou estadual (21 anos).

Outro limite de idade fixado no projeto, o que estabelecia um mínimo de 18 anos para vereador e juiz de paz, foi retirado após a apresentação de um destaque do deputado Euclides Scalco, que despertou uma advertência do relator Bernardo Cabral. Autocrítico pelo deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE) sobre a incoerência do projeto — que estabeleceu, em um dos capítulos, limite mínimo de 18 anos para ministro de Estado, e, em outro, de 21 anos para prefeito —, Cabral reconheceu que não havia percebido isso.

Concordou também com Ferreira Lima, que disse ser muito baixo o limite de 18 anos para juiz de paz, "que pode ter papel relevante na administração da justiça".

— A menor idade para um homem casar é 21 anos, e para casar os outros seria 18 anos. Isso não pode — admitiu Cabral.

O texto aprovado estabelece que, para se tornar elegível, são necessárias "a nacionalidade brasileira, a cidadania, o pleno exercício dos direitos políticos, o alistamento, a filiação partidária e o domicílio eleitoral na circunscrição por prazo mínimo de seis meses". Atualmente e exigido prazo mínimo de um ano de domicílio eleitoral. A emenda concedendo aos recrutados alistados direito de voto foi contestada pelo deputado Oswaldo Lima Filho como uma indesejada "política dos quartéis" mas foi a falta de quórum que a derrotou.



Quercia e Newton ajustam as propostas para a reunião

Antes da reunião, dúvidas

Quatro dos 22 governadores que compareceram à reunião da manhã de ontem no Palácio Laranjeiras (Fernando Collor de Melo, de Alagoas; Marcelo Miranda, do Mato Grosso do Sul; Pedro Simon, do Rio Grande do Sul, e Hélio Gueiros, do Pará) chegaram ao Parque Guinle defendendo a ideia de que nenhum texto conclusivo deveria sair do encontro.

Enquanto o governador do Paraná, Alvaro Dias, falava da necessidade de dois documentos para explicitar a posição do PMDB em torno do mandato do presidente da República e do sistema de governo, Simon dizia que não tinha sido convidado "para assinar documento nenhum" e Hélio Gueiros, do Pará, afirmava que "de documentos o Brasil está cheio". Collor — que durante a noite tivera um bate-boca com Newton Cardoso, de Minas Gerais — repetia seu apoio a um mandato de quatro anos e ao parlamentarismo e parecia disposto a não ratificar nada que contrariasse esta decisão. Miranda ressaltava que "assinar é relativo".

Quem é quem — O primeiro a chegar ao Palácio Laranjeiras, às 10h20min, foi o governador da Paraíba, Tarcísio Burity, seguido de Max Mauro, do Espírito Santo, Henrique Santillo, de Goiás, avisou logo cedo que não viria. Pouco depois, Alvaro Dias propôs que o projeto político-econômico do PMDB caminhasse "em direção à social-democracia manifestou-se a favor de um mandato de cinco anos dentro do regime presidencialista, para que o parlamentarismo fosse adotado após Sarney que "não deve tomar decisões sem ouvir o PMDB". Segundo Dias, "o partido está unido nas questões administrativas, mas dividido nas questões políticas da Constituinte" daí a ideia de dois documentos

O assédio do batalhão de mais de duas centenas de jornalistas sobre os personagens que entravam de carro pela alameda central do palácio deixou de lado os representantes de Rondônia, Jerônimo Santana Acre Flaviano Melo; e Amazonas Amazonino Mendes, que passaram praticamente incógnitos. O governador do Amapá, Jorge Nova da Costa, desembarcou do carro ao mesmo tempo que o de São Paulo, Orestes Quercia. E enquanto todos corriam para

Quercia, nem o motorista que trouxe Nova sabia informar quem era ele.

Adepto dos cinco anos e do regime presidencialista, o governador de São Paulo revelava que ia "tentar convencer os outros", mas achava difícil. Quercia contou que recebeu um telefonema do presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Amílcar Amato, que voltava da Alemanha, narrando-lhe o clima de insegurança na Europa quanto ao que aconteceu no Brasil. — Precisamos encontrar um termo para esta situação — alertou.

Diálogo de surdos — Favoráveis aos cinco anos, com presidencialismo, também eram Alberto Silva (Piauí), Pedro Ivo (Santa Catarina) e Carlos Bezerra (Mato Grosso), assim como Gueiros, do Pará, que estava animado para a discussão destes dois temas, "pois de nada adianta reunir para falar de amenidades e cosméticos". Entretanto, garantia que não assinaria documento nenhum, já que só dá seu "aval aos casamentos".

— Apoio é como divórcio. Por que hoje não se pode apoiar e, mais tarde, retirar o apoio se não der certo? — comparava, pouco antes, o governador do Maranhão, Epitácio Cafeteira, que ressaltava a necessidade de dar uma resposta ao presidente Sarney. "Isto aqui não é um diálogo de surdos, haverá um resultado concreto deste encontro" completou Cafeteira, considerando-o mais importante que as reuniões da Executiva do PMDB, que vê como "ultrapassada" com dirigentes "biônicos".

Hélio Gueiros, do Pará, advogou a preservação do ministério da Reforma Agrária — a única representação de seu estado na equipe, com Jader Barbalho — "que ainda não fez a reforma". E o governador da Bahia, Waldyr Pires, ex-ministro da Previdência Social, disse que este também "não pode ser extinto porque é o ministério mais profundo, o que presta assistência social num país de miséria".

Miguel Arraes (Pernambuco) e Tasso Jereissati (Ceará) só surgiram às 11h30min depois que seus colegas já haviam posado para a foto oficial no saguão do Palácio Laranjeiras. Enquanto eles começavam a reunião, na sala de projeção do segundo andar, Arraes e Tasso ficavam no hotel redigindo um programa de governo que deveria ser discutido ontem mesmo.

Linha foi de Newton e Quercia

Rogério Coelho Neto

O presidente José Sarney tem o apoio de 20 dos 22 governadores eleitos do PMDB para exercer mandato de cinco anos, como deseja, sem que a Constituinte castre os seus atuais poderes presidencialistas. Isso ficou claro na reunião do Palácio Laranjeiras — iniciada no final da noite de sexta-feira e encerrada na madrugada de ontem — que precedeu jantar oferecido por Wellington Moreira Franco ao presidente nacional do partido, Ulysses Guimarães.

Orestes Quercia (São Paulo), Newton Cardoso (Minas Gerais), Geraldo Mello (Rio Grande do Norte), Alvaro Dias (Paraná) e Tarcísio Burity (Paraíba) encarregaram-se de ditar o tom da reunião, puxando o coro em favor do apoio incondicional ao presidente da República. Quando Newton defendia sua ideia "o PMDB não pode culpar Sarney pelos erros da política econômica, porque desde o início da Nova República o partido não permitiu que ele escolhesse livremente os ministros da Fazenda e do Planejamento", o alagoano Fernando Collor, que foi o único governador pemedebista a frequentar os comícios por diretas já, protestou. Para Collor, o reencontro do PMDB com seus compromissos de praça pública "passa pelo encurtamento do mandato de Sarney para quatro anos, com a eleição do seu sucessor no ano que vem".

Divergências Collor ter minaria por ser a única voz dissonante na reunião quanto ao apoio ao mandato de cinco anos para Sarney nos moldes presidencialistas. O governador de Goiás, Henrique Santillo, não pôde vir ao Rio, e os próprios defensores do parlamentarismo — o gaúcho Pedro Simon e o baiano Waldyr Pires — não se



Collor: fiel aos 4 anos

opõem a que o regime de gabinete se venha a ser aplicado depois que o atual presidente deixar o cargo.

A grande divergência na reunião-jantar foi quanto à inclusão ou não do apoio irrestrito a Sarney no documento final do encontro iniciado na manhã de ontem. Pedro Simon e Tarcísio Burity defenderam, por exemplo, a ideia de que o foro de governadores não deveria emitir nenhum documento. Queriam que um governador previamente escolhido ditasse à imprensa as decisões tomadas.

Waldyr Pires entrou em choque com Burity quanto ao princípio da soberania da Constituinte. Para o governador baiano, se a convenção pemedebista havia decidido que só os constituintes devem decidir sobre tempo de mandato de Sarney e sistema de governo, nenhum outro foro partidário pode mais se pronunciar.

Interferência indébita Burity entende que a Constituinte tem de "girar ao sabor das circunstâncias e das emergências políticas" enquanto estiver reunida. Waldyr interveio e des tacou que "os governadores, decidindo sobre mandato e sistema de governo, estariam promovendo uma interferência indébita na Constituinte". O governador paraibano retrucou.

— A Constituinte tem duas vias. Tem de pesar, igualmente, todos os fatos conjunturais. Se a gente admite hoje que ela tudo pode quanto ao mandato do presidente Sarney, que foi quem a convocou, amanhã ela poderá considerar também encerrados os nossos próprios mandatos. Não podemos, assim, de repente, rasgar a atual Constituição.

Para Waldyr Peres, a Constituição atual é ilegítima. Contra esse argumento, já com a ajuda de Newton Cardoso e de Orestes Quercia, Tarcísio Burity que é professor de Direito Constitucional, foi taxativo: "Isso é uma loucura. Como vamos zerar o mandato de Sarney, que para mim é de seis anos e que para ficar em cinco vai exigir do atual presidente a assinatura de um documento de renúncia ao ano que ele abre mão?"

O pernambucano Miguel Arraes julgou "irrelevante" a discussão do mandato do presidente, mas não escondido que não gostava da ideia de ter de presidir, nos seus três últimos anos de mandato, três eleições distintas: a de prefeitos e vereadores, em 88; a de presidente da República, em 90; e a de governadores, senadores, deputados federais e deputados estaduais, em 89.

Soluções — Waldyr Pires e Collor queriam, ao contrário de uma manifestação clara sobre o tempo do mandato de Sarney e o sistema de Governo, um apoio incisivo dos governadores às propostas de negociação da dívida externa. O governador alagoano defendeu também o encontro, ali no Palácio Laranjeiras, de "uma receita de salvação do Brasil" depois de um pronunciamento, curto e forte, de críticas à política econômica. "Não existe princípio de federação e temos de restaurá-lo" denunciou Collor.

Moreira Franco, no final antes de dar a palavra a Ulysses, o homenageou foi taxativo em um ponto "Nós somos partes integrantes de um partido que tem como principal meta concluir a transição. Eu diria que o PMDB é a transição. O presidente Sarney é do PMDB e parte da transição. Cabe a nós, neste instante de dificuldades, apoiá-lo".